Tendências Reciclagem feita por especialistas melhora os indicadores

Concepção do negócio deve contemplar a circularidade

Lúcia Helena de Camargo
Para o Valor, de São Paulo

Um relatório apresentado na COP26 pela fundação britânica Ellen MacArthur aponta que 45% dos gases causadores do efeito-estufa (GEE) são provenientes da forma como a humanidade produz e utiliza bens e alimentos (os demais 55% são causados pela geração e consumo de energia). E apenas 9% da cadeia de produção, na média mundial, funciona como economia circular. Os restantes 91% ainda seguem o modelo linear, de acordo com estudo de 2019 do Circular Economy Club, que congrega profissionais de 130 países.

Para ser classificada como circular, a cadeia produtiva precisa fechar o ciclo, fazendo retornar à produção os materiais reciclados, evitando a retirada de novos recursos da natureza. "Temos que adotar a estratégia de contenção de danos. E encontrar destinos para as gigantescas montanhas de resíduos já gerados. Mas, em paralelo e urgentemente, se quisermos mesmo ter emissão zero de carbono em 2050, precisamos montar modelos de negócios com a circularidade já na concepção", diz a professora Marly Monteiro de Carvalho, coordenadora de grupos de pesquisas na área da economia circular aplicada à engenharia de produção, na Fundação Vanzolini e na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP).

A Green Mining nasceu em novembro de 2018 com esse propósito: encaminhar para a logística reversa os resíduos imediatamente após o consumo, sem interromper o ciclo. Em três anos de atuação, a empresa já coletou 2,6 mil toneladas de recicláveis, evitando, assim, a emissão de cerca de 440 toneladas de gases do efeito-estufa à atmosfera. "No nosso formato de negócio, prestamos serviços para as indústrias. A Ambev, por exemplo, nos contrata para coletar vidro; a Unilever, plástico rígido. Então replicamos de ponta cabeça a logística de colocação de produtos no mercado", explica Rodrigo Oliveira, CEO e co-fundador da startup.

De posse dos relatórios de vendas, a empresa calcula quantos quilos de embalagens são gerados todo mês por cada ponto, entre bares, restaurantes, hotéis, padarias e outros parceiros, um total de 920 estabelecimentos em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Bahia, Fernando de Noronha e Goiás. "Uma análise georreferenciada nos mostra os locais nos quais faz sentido montar a coleta", diz.

A empresa emprega 30 coletores contratados formalmente. Eles recebem, em média, 30% a mais do que o salário mínimo, com jornada de seis horas diárias. Recrutados entre catadores, os rapazes trabalham sobre triciclos. "Nossos veículos não poluem. Tudo é feito com propósito e suor", diz Oliveira. Por fim, o parceiro que fornece os materiais economiza até R$ 400 na conta da coleta de lixo, segundo o CEO. "Por serem grandes geradores de lixo, os estabelecimentos são obrigados a pagar pela coleta. Ao separar os materiais, eles poupam dinheiro."

Oliveira anuncia que em breve a Green Mining lançará uma plataforma cujo objetivo será engajar consumidores "no momento inicial da reciclagem, o mais importante. No dia a dia, você tem cinco segundos para tomar a decisão de salvar ou destruir o mundo. Basta lavar o potinho de iogurte e colocar no cesto de recicláveis."

Se há dificuldade em evidenciar ao público a importância da economia circular, para os 800 mil catadores de recicláveis em atividade no Brasil — segundo levantamento de 2019 do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) — ela já é uma realidade, pois a coleta de recicláveis muitas vezes significa a subsistência.

O emblemático sucesso das latinhas de alumínio joga o foco sobre a remuneração. "No Brasil se recupera mais de 99% do alumínio das latas. Isso não ocorre porque somos mais conscientes ou organizados, mas porque temos um contingente gigantesco de pessoas catando latinhas nas ruas, já que se paga um bom preço por elas", diz a professora Marly Monteiro.

Outros materiais, como vidros e plásticos, rendem bem menos. Assim, o percentual de resíduos reciclados no Brasil ainda fica na casa dos 4%. Thiago Carvalho Pinto, CEO e fundador da eureciclo, que emite certificações de reciclagem, aposta em aumento rápido no índice de logística reversa nos próximos anos. A empresa começou em 2017 com 137 clientes. Hoje exibe uma carteira com mais de 5 mil.

"A eureciclo compensou até o momento mais de 322 mil toneladas de resíduos pós-consumo e os operadores de coleta e triagem foram remunerados com mais de R$ 17 milhões. E assim levamos melhoria de renda a 17 mil vidas", diz. "Estamos otimistas. Temos visto aumento de interesse na reciclagem, e a COP26 deu força às pautas de sustentabilidade. A cobrança começa nos clientes e chega aos investidores", diz Carvalho Pinto.

MÁRCIA FOLETTO/AGÊNCIA O GLOBO

Mar de lixo: percentual de resíduos reciclados no Brasil é de cerca de 4%

O investimento é, aliás, a palavra-chave para alavancar a economia circular, na visão da professora Marly Monteiro. "Acredito que o aspecto mais proveitoso da COP26 foi ter avançado nas discussões sobre financiamento. Deixamos de falar em milhões e chegamos aos trilhões de dólares, que serão necessários para reconstruir os modelos de produção, agora alicerçados na agenda ESG [boas práticas ambientais, sociais e de governança, na sigla em inglês], principalmente nos países em desenvolvimento", diz. "E ao mesmo tempo temos que desmontar a armadilha do consumo e redesenhar nossa relação com os produtos, trocando o apego à propriedade pela ideia da facilidade no acesso e o compartilhamento."

Especialista considera lixo como "erro de design"

De São Paulo

"Lixo é um erro de design" é o mote que baliza o trabalho da dupla Carla Tennenbaum e Léa Gejer, sócias na plataforma Ideia Circular, consultoria especializada na implantação de projetos de inovação baseados na economia circular. "Nossas ações são fundamentadas na metodologia cradle to cradle [do berço ao berço, criada em 2002 pelos pesquisadores Michael Braungart e William McDonough] que prevê o ciclo ininterrupto dos materiais, com 100% de aproveitamento de ponta a ponta, com descarte zero", diz Tennenbaum. Diante dessa meta, as providências que o mundo tem tomado para diminuir emissões soam pífias aos olhos das sócias.

"As resoluções da COP26 são pouco ambiciosas e ineficientes. No atual patamar, já não basta minimizar os danos. Ser menos ruim não é ser bom. Precisamos de uma virada de chave radical rumo à economia circular", afirma.

Embora abandonar a economia linear não seja tarefa fácil, se a circularidade for incluída na concepção do novo negócio, a engrenagem tende a funcionar melhor. Foi o que fez a Beijo do Sol, fábrica de biquinis aberta em 2020 em Ribeirão Preto (SP) já com a previsão no modelo de negócio da prática do upcycling — processo de reaproveitamento no qual os materiais ganham valor. A empresa, que faturou R$ 360 mil no ano passado, destina todo o tecido excedente da produção (equivalente a 855 kg por ano, ou 30% do total) para costureiras, que os transformam em tapetes, cujas vendas rendem em média R$ 800 por mês a cada uma. "Ajudamos quem precisa e evitamos o desperdício", diz a diretora da empresa, Erika Bianchini.

No Carrefour, a mais recente ação no sentido da economia circular é a terra vegetal de marca própria. Lançada em maio de 2020, é manufaturada a partir da compostagem de 400 toneladas mensais de sobras de materiais orgânicos das lojas. Foram vendidos 6,6 mil pacotes de 5 kg até agosto de 2021. A meta é chegar a dezembro com a comercialização total de 80 mil unidades, informa Marie Tarisse, gerente de sustentabilidade do Grupo Carrefour Brasil.

A Toyota do Brasil tem o ReTonar, programa que gera renda para 21 costureiras da região de Sorocaba (SP) por meio da destinação de descartes de airbags, cintos de segurança e tecidos automotivos que viram bolsas e acessórios. Segundo a empresa, mensalmente são reciclados cerca de 825 kg de materiais. "Estamos firmando novas parcerias para aumentar a logística reversa", diz Ademir Rogério Canal, diretor da empresa. ***(LHC)***

Propostas de concertação para as muitas Amazônias

Complexidade da região exige a construção de novos paradigmas de desenvolvimento. Por **Roberto S. Waack**

Uma Concertação pela Amazônia tem sido um mergulho coletivo na região, sem planejamento formal, seguindo um norte difuso, sem pretensão de controle dos rumos, forçando limites dos manuais ortodoxos de gestão ("não se gerencia o que não se mede, não se mede o que não se define, não se define o que não se entende, não há sucesso no que não se gerencia"), sorvendo ambiguidades, dando de ombros para incertezas, abraçando a complexidade.

A iniciativa busca discutir a Amazônia a partir da combinação de experiências da sociedade civil, academia, empresas, governos e indivíduos, nos âmbitos local, nacional e internacional. Em 20 meses de trabalho, mais de 400 pessoas e organizações se encontraram mensalmente, num espaço democrático e apartidário, cuja única condição para participação é se interessar pela(s) Amazônia(s).

Já na sua denominação, essa rede não se propõe a ser "A Concertação", mas "Uma Concertação", por reconhecer a importância da diversidade de múltiplas visões sobre a região. A Amazônia precisa passar a fazer parte da identidade brasileira, ter políticas públicas que contemplem sua relevância para o país e para o mundo, ser cuidada como um patrimônio único para a humanidade, absolutamente conectada com as recentes discussões sobre urgência climática, portanto, geopoliticamente central. Mais do que isso (o que já não é pouco), as dimensões culturais e sociais são inestimáveis; o saber de seus povos, imensurável, sua arte, exuberante e única.

A Amazônia não é racionalizável, não cabe em redes neurais objetivas. Haja pretensão em buscar entender a Amazônia! Defini-la, mais desafiador ainda. Medi-la, risível. Não poderia ser um vocábulo singular. Amazônias, portanto (merecia ser uma pluralia tantum, sempre no plural).

Num balanço entre a racionalidade e emoção, busca-se formatar um modelo de desenvolvimento para a região, partindo do princípio de que a definição de desenvolvimento precisa ser revisitada. Como equilibrar o imenso capital natural com o social e econômico de uma forma distinta dos modelos vigentes de desenvolvimento? Como garantir bem-estar para sua população e, ao mesmo tempo, conservar obsessivamente seu patrimônio natural e cultural? Como construir esse novo paradigma de desenvolvimento a partir da relação da sociedade civil e academia com o mundo empresarial (local, nacional e internacional)? Como traduzir esse novo paradigma em novas regras do jogo (leis, regulamentações e hábitos)? Como estabelecer modelos de governança mais eficientes?

Após esse esforço de se aproximar da região de maneira ampla, a Concertação ousou levar para a COP26 um quadro de referência, uma provocação para que as sociedades brasileira e internacional abracem a complexidade da região, construam visões de longo prazo e ações de implementação imediata. Ciente de que qualquer tentativa de organização é imperfeita, a iniciativa propôs quatro situações amazônicas e uma série de ações específicas para cada uma delas.

GUILHERME GNIPPER/HUTUKARA/DIVULGAÇÃO

Malocas em território Yanomami: Amazônia precisa de políticas públicas que contemplem sua relevância global

Para as Amazônias conservadas, urge o fim do desmatamento, a consolidação de uma economia voltada para a conservação, com instrumentos fiscais e financeiros específicos, avanços no ordenamento territorial, reconhecimento e ampliação de unidades de conservação e reservas indígenas, reforço considerável em C&T aplicada aos recursos naturais, a implementação de infraestrutura digital e o reconhecimento, proteção e inclusão dos povos indígenas na formulação dos destinos da região. Essas propostas foram amplamente contempladas na Declaração de Florestas, uma das principais conquistas da COP26.

Para as Amazônias já convertidas, voltadas essencialmente para a produção de commodities agrícolas e minerais, assim como a já citada Declaração de Florestas, a Concertação propõe a eliminação total de desmatamento e redução drástica de externalidades negativas como emissões de carbono. Rastreabilidade é o nome do jogo. As iniciativas da COP26 com relação ao metano se encaixam perfeitamente nesse campo.

Para as Amazônias que estão em transição (arco do desmatamento), o fim do desmatamento deve ser acompanhado pela composição de mosaicos voltados para sistemas agroflorestais e especialmente atividades florestais sustentáveis e restauração com plantio de espécies nativas. A Declaração de Florestas e sobre metano novamente se alinham.

Para as Amazônias urbanas, a COP26 trouxe elementos relevantes ao tratar de forma inédita da redução da emissão de combustíveis fósseis, com efeito direto nos modais de transporte, infraestrutura e economia circular.

Os desdobramentos de sinais emitidos pela COP26 na direção de uma economia de baixo carbono deverão passar pela necessária revisão de incentivos fiscais e financeiros para atividades produtivas e voltadas para a produção de commodities. Atuais incentivos que resultam em pressão para a conversão de florestas devem ser voltados para a conservação.

Para todas as Amazônias, a regulamentação do mercado de carbono (Artigo 6) e a ainda inconclusiva e frustrante consolidação de fundos convergem com as propostas da Concertação.

Em benefício de todos os biomas, a COP26 avançou no reconhecimento dos povos indígenas como protagonistas essenciais de um mundo de baixo carbono. Não há como atingir as metas de 1,5°C sem a Amazônia. Não há como considerar nada para as Amazônias sem os povos indígenas. "Nada por nós, sem nós", bradou a ativista Samela Sateré Mawé em vários eventos em Glasgow. Não se trata apenas de dar voz, mas de escutar atentamente, aprender, desenhar em conjunto, implementar ações e monitorar resultados.

A COP26 deixou no ar essa dívida. A ativa participação da sociedade brasileira em Glasgow sinalizou que o protagonismo do Brasil no campo da urgência climática não ruiu totalmente.

Uma Concertação pela Amazônia, Coalizão Brasil Floresta Clima e Agricultura, a Iniciativa Clima e Desenvolvimento e vários movimentos indígenas, de negros, assim como a presença de governadores, empresários e membros do parlamento reforçaram que brasileiros não suportam mais os crimes ambientais, fundiários e sociais que imperam na Amazônia, a paisagem que melhor nos representa no mundo.

***Presidente do Conselho do Instituto Arapyau e membro do conselho da Marfrig.**